

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO SOCIAL

*Pâmela Berté Freitas¹
Elisabeth Maria Foschiera²*

RESUMO

O presente artigo visa investigar e refletir sobre o papel da alfabetização de jovens e adultos e se o mesmo pode ser considerado um instrumento de inclusão social. Utilizando como metodologia o estudo bibliográfico, o texto tem como questões centrais a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos, a construção da autonomia e valorização social do sujeito alfabetizado nessa modalidade de ensino, a atuação do educador neste processo de construção de um novo saber e a necessidade de um novo olhar para o ensino na EJA. Assim, busca-se demonstrar a importância da alfabetização para a construção da autonomia, autoestima, identidade, visão crítica de mundo e ampliação da participação dos sujeitos na sociedade.

Palavras-chave: Alfabetização; Inclusão Social; Educação de Jovens e Adultos.

Considerações iniciais

A educação de jovens e adultos tem sua trajetória histórica de maiores tensões sociais quando comparada com a educação básica brasileira, pois esta dimensiona um olhar para a camada da população na qual os jovens são trabalhadores, pobres, negros, e vivem a margem da sociedade. Isso possibilita perceber que por detrás da educação de jovens e adultos existe uma dura realidade de sujeitos excluídos que nunca estiveram em um ambiente escolar, ou abandonaram precocemente, o que faz o número de analfabetos crescer juntamente com o número dos excluídos. (ARROYO, 2006, p.23.)

A exclusão social priva o sujeito e o afasta de grupos e segmentos de diversos aspectos da vida, segregando-os pela sua condição física, grau de escolaridade, raça, religião, condição econômica, bem como pela não aceitação e não compreensão de suas diversidades. Desse modo os sujeitos não alfabetizados e afastados do ambiente escolar são atingidos por estes efeitos que a exclusão social traz. Os jovens e adultos que frequentam a modalidade a EJA revelam essas marcas advindas da exclusão social. Inserir-los dentro de um contexto escolar é fundamental para diminuir tais impactos. Conforme aponta Oliveira “percebê-los

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia- L Nível VIII, Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo.

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo

significa a possibilidade de dar visibilidade a esse expressivo grupo que tem direito a educação, contribuindo para a busca de resposta a uma realidade cada vez mais aguda e representativa de problemas que habitam o sistema educacional como um todo” (2004, p. 51).

A expressão da cidadania se desdobra quando o sujeito desfruta de maneira plena seus direitos, e a universalização da educação possibilita que todos tenham acesso à escola. Porém, a própria escola produz a exclusão quando o percebe e uma forma única, ou seja, não leva em consideração seu contexto social, sua história de vida. Dar visibilidade ao sujeito implica partir da sua realidade e compreendê-lo como um todo. E, a escola tem o papel de ser um ambiente enriquecedor, que acolhe a diversidade e torna o aluno protagonista de seu aprendizado. Di Pierro (1996, p.44) ao refletir sobre a necessidade de se fortalecer o a EJA, afirma que: “pessoas com maior escolaridade têm condições de externar melhor seus interesses e reivindicá-los, e pessoas com menor escolaridade têm dificuldade de exprimir suas demandas e lutar por elas”.

Neste sentido é possível compreender que o papel da educação é fundamental para a inclusão social da população que em sua grande maioria vive em situação de vulnerabilidade social, desconhecendo seus direitos enquanto cidadão, se tornando apenas estatística de um grande número de analfabetos e descolarizados no país. A alfabetização de jovens e adultos é um caminho para o início dessa inclusão social. É acreditar na possibilidade de que as camadas historicamente excluídas assumam seus papéis sociais de maneira efetiva. É um “ponto de partida importante para a ampliação dos espaços de participação na vida pública, nas suas mais diferentes formas de manifestação” (BARCELOS, 2006, p. 25).

A par dessas considerações iniciais o presente artigo está dividido da seguinte forma: inicialmente será construída uma contextualização histórica na EJA, demonstrando as primeiras iniciativas de uma educação voltada para jovens e adultos analfabetos; na sequência serão abordadas as concepções teóricas dos pensadores que defendem a EJA como um instrumento de inclusão social; por fim discutiremos o papel do educador nesta modalidade de ensino, buscando tecer reflexões sobre como se constrói a autonomia e valorização do sujeito alfabetizado e sobre como se dá sua inclusão social.

1 Contextualização histórica da Educação de Jovens e Adultos

O analfabetismo no Brasil tem sido tema de discussão desde a Colônia e o Império, mas é somente em meados do século XX que passa a ser entendido como um problema nacional centralizado na população mais vulnerável economicamente. O censo do IBGE de 1940 revela que mais de 50 % da população analfabeta é de 15 anos ou mais. (BIESIEGEL, 1994 p.19), portanto não existia uma política pública voltada para os jovens e adultos analfabetos, onde as poucas iniciativas existentes eram fragmentadas e limitadas. A organização econômica deste contexto político não considerava importante que a massa trabalhadora frequentasse um ambiente escolar, visto que essa população vivia no meio rural e a economia do país inicialmente baseava-se na exploração de bens naturais.

Apesar da Constituição de 1824 prever que a educação seria para todos, grande parte da população ficou a margem da sociedade, já que desde a colonização a educação era restrita as elites brasileiras. Somente em 1947, após a Segunda Guerra Mundial, com recursos do *Fundo Nacional do Ensino Primário*, o governo lança a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). As ações deste programa previam além da alfabetização, operações de cálculo, noções de cidadania, higiene e saúde, geografia e história da pátria e economia doméstica para as mulheres. Esta proposta estava ancorada em um modelo de educação de base sistematizado pela UNESCO, que previa para aqueles que não haviam frequentado a escola na “idade certa” (PAIVA, 2004 apud FÁVERO, 2004, p 15).

A década de 60 foi marcada por um novo método de ensino direcionado a educação de jovens e adultos, este autorizado pelo Ministério da Educação. A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi promulgada em 1961, onde foram explicitadas novas ações para a educação brasileira. Uma das propostas dos sociólogos e técnicos do MEC/INEP eram de criar classes de emergência para aqueles que não frequentaram a escola na idade certa, ou que não tiveram acesso a ela, com foco principal na alfabetização de alfabetizar jovens e adultos. Tais iniciativas já vinham em debate desde o II Congresso Nacional de Educação de Adultos de 1958, o qual encarou o analfabetismo como um problema social, de fundo socioeconômico e de déficit de educação primária.

Segundo Paiva (2004), pode-se dizer que a EJA neste período, foi marcada, em grande proporção, pelo método de ensino apresentado por Paulo Freire, o qual considerava a alfabetização um processo de humanização, pressuposto fundamental de uma educação libertadora. Freire fez uma dura crítica ao modo de trabalhar das escolas tradicionais, recusando as cartilhas como doação, o que transforma a aula em um debate e o professor em

um animador. Freire e sua equipe de profissionais estabeleceram que a alfabetização fosse o primeiro passo para ampla educação de jovens e adultos, elaborando então uma proposta de alfabetização de adultos que chamamos de conscientizadora. Freire usou como metodologia o vocabulário dos próprios alunos e do meio em que viviam, se utilizando de materiais concretos. Nesse sentido,

O método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra (FREIRE 1987, p. 7).

Esta concepção pedagógica coloca o educando no centro do seu aprendizado e o torna protagonista no seu processo de aprendizagem, permitindo uma visão crítica e detalhada a partir do seu olhar e compreensão de mundo. Poder dizer a “sua palavra” remete a refletir o quanto inclusivo este método é, pois mais que aprender a ler e escrever os sujeitos aprendem sobre si, sobre seu mundo observado com os olhos da sua própria cultura. Aprender a ler o mundo é um direito humano, é uma expressão de cidadania, é a diminuição de desigualdade social, e todo e qualquer cidadão deve ter este direito assegurado.

A ditadura de 1964 fez um desmonte de todos os movimentos relacionados à educação e cultura popular do início dos anos de 1960. A falta de verbas, a dura censura, as prisões arbitrárias e as perseguições políticas, reduziram drasticamente os núcleos de alfabetização criados Paulo Freire. Em 1968 foi criado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que inicialmente teve a missão de coordenar e organizar as atividades desenvolvidas para alfabetização de jovens a adultos em curso. Era uma estrutura subdividida em Secretaria executiva, coordenações estaduais, regionais e as comissões que eram organizadas pelos municípios. A manutenção do projeto tinha um alto custo, então a União dispunha de um recurso do fundo nacional da educação. Entre os planos deste programa de alfabetização estavam previstos assistência financeira e técnica para promover a obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos; extensão da escolaridade até a 6ª série, assistência educativa imediata aos analfabetos que situam na faixa etária de 10 a 14 anos, promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais em programas, entre outras. (MOBREAL, 1973, p.12). Com o fim do MOBREAL na década de 1980 e com a redemocratização do país a EJA ganhou um novo olhar de percepção se consolidando como uma política de educação pensada para jovens e adultos.

A EJA é uma modalidade de ensino específica para pessoas que não tiveram oportunidade de estudar no tempo certo. Nesse sentido, exige que os professores se adaptem à realidade de cada aluno, utilizando conteúdos diversificados, contribuindo para que esses sujeitos possam pensar discutir e solucionar os problemas relacionados ao seu cotidiano. Sabemos que ao longo do tempo a EJA passou por diversas mudanças, não somente nas práticas que de algum modo respondem a exigências sociais, mas em termos de aspectos conceituais, que se reorganiza, se amplia e sofre mutações produzindo novos sentidos Para Oliveira (2004, p.9) a EJA é:

[...] um campo vasto, pela perspectiva contemporânea do aprender por toda a vida, a educação de jovens e adultos não despreza o sentido da escolarização, que inclui alfabetização, por não ser ainda direito de grandes contingentes populacionais, assim como a entende e a considera insuficiente, defendendo a educação básica, que no Brasil só esta garantida como dever do estado e direito do cidadão até o nível do ensino fundamental. Ela vai além, ganha força como educação continuada [...].

Partindo dessas concepções é preciso problematizar e refletir sobre os avanços e limites dessa modalidade de ensino, uma vez que sua oferta é secundária, ou seja, vem depois da educação básica garantida por lei. Ainda em consonância como Oliveira, entendemos que grande parte dos analfabetos jovens e adultos já frequentaram a escola por algum período, mesmo que curto e quando chegam na EJA, claramente se percebe que mal aprenderam, muitos ainda não sabem ler e escrever ou fazer cálculos matemáticos.

O ensino na EJA não pode tratar os jovens e adultos que ficaram “de fora” com indiferença, e tão pouco refletir todo o preconceito e discriminação construídos socialmente, que infelizmente vem se arrastando junto com essa modalidade de ensino. A escola precisa ter o olhar de respeito e de legitimação pelo outro, e dar a convicção a estes jovens e adultos que eles têm o seu valor, o que antes lhes parecia inexistente. Para que seja possível a legitimação da cidadania no ambiente educacional é preciso refletir sobre as práticas cotidianas, o que o ensino na EJA tem a ofertar para o aluno, possibilitando a vivência de diferentes experiências (PAIVA, 2004, p. 53). É responsabilidade da escola e do educador promover estas ações e romper com o paradigma que persegue o ensino na EJA que os jovens e adultos que já foram excluídos socialmente e tiveram seus direitos básicos negados devem permanecer nestas condições, onde apenas passam despercebidos mais uma vez pelo sistema.

A educação básica já falhou uma vez, então a EJA precisa oferecer um processo de ensino enriquecedor para o sujeito não se pode continuar a oferecer um ensino pobre, para as camadas pobres da população. Não é possível alfabetizar em alguns meses, é preciso transformar este processo de ensino em algo amplo, que sim, pode começar pela alfabetização, mas precisam ser articulados a outros aspectos, estes que aparecem no ensino fundamental completo. É nesta perspectiva que a educação de jovens e adultos pode começar a caminhar na direção de repor o direito de educação que foi negado ou até mesmo mal garantido (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

2 Valorização do sujeito jovem e adulto em processo de alfabetização: um caminho para inclusão social

De acordo com Paulo Freire “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (1989). Nesta perspectiva é possível compreender que a educação de jovens e adultos, e o processo de alfabetização, perpassam o ato de ler, escrever e aprender, onde a identidade, a bagagem social e cultural do educando antecede a leitura e a escrita. Estes aspectos devem ser considerados pelo educador para que este processo de aprendizagem aconteça de forma efetiva. Como aponta Marcuschi (2003), “a língua na sua modalidade falada ou escrita reflete, em boa medida a organização da sociedade. Isso porque a própria língua mantém complexas relações com as representações e as formações sociais” (2003, p. 35).

Desta maneira, os alfabetizandos necessitam compreender e observar que o processo de alfabetização vai além de formação de palavras e de sons. A função da língua é ampla, e compreende diferentes aspectos e contextos sociais, tendo influência direta na relação de aprendizagem entre educador e educando. A alfabetização tece relações maiores do que o processo de ler e escrever em si, pois provocam os sujeitos a pensar “o quê, como, quando e por que ler e escrever (SOARES, 2007, p. 35). Esta reflexão sobre o próprio aprendizado leva o aluno ter uma postura mais crítica e uma visão de mundo mais ampliada, pois a partir disso conseguem ter uma maior participação social que leva o sujeito a ter um maior acesso aos bens produzidos historicamente, como por exemplo, a leitura e a escrita. Sabe-se que um jovem e adulto quando retorna ao ambiente escolar, ou o frequenta pela primeira vez, está buscando um aprendizado que lhe traga significado, pois como afirma Soares (2007, p. 27), “o processo alfabetizador provoca o sujeito a pensar o por que ler e escrever estas respostas

são múltiplas”, como por exemplo, em situações de contexto doméstico – urbano, tais como o manuseio de eletrodomésticos, aparelhos telefônicos, identificação dos rótulos de alimentos, ou então, em situações comerciais-burocráticas, onde o sujeito necessita fazer transações financeiras, desde simples compras, até as que envolvem créditos, recebimento de pensões, etc. Tal inclusão provoca a melhoria nas condições de vida, através da inserção no mercado de trabalho formal, participação social, grupos comunitários religiosos, sindicatos, associações, e cidadania “*eu sou capaz de ler e escrever*” (ALMEIDA, 2004 .p 45). Estas ações são simples para alguém alfabetizado e com grau de escolaridade, parecem fáceis de executar e não implicam em dificuldade alguma para suas realizações.

É importante compreender que os motivos que mobilizam os sujeitos analfabetos ou semianalfabetos a retornarem para um processo de escolarização não são únicos. Segundo FORTES (2013, p.15), “as motivações, os sentidos são particulares e individuais de cada sujeito, que podem nascer de vivências e diferentes experiências na relação que se estabelece com o outro e com o mundo que os cerca”. Porém é importante destacar que o jovem ou adulto precisa ser acolhido neste novo ambiente escolar, para que futuras evasões sejam prevenidas. A educação de jovens e adultos precisa ter a concepção que essa busca por aprendizagem é considerada para os cidadãos uma porta de entrada para a sociedade, então este processo educativo precisa dar suporte e responder a diferentes demandas existentes.

É preciso ter em mente que existem muitas pessoas que não conseguem desempenhar funções que parecem simples para uma pessoa alfabetizada, como pegarem um ônibus ou comprar algo em um supermercado. Esta inabilidade estigmatiza e rotula os sujeitos, e por consequência produz uma grande exclusão social, diminuindo sua autonomia e participação social. Segundo INFANTE (2000, p. 121), pessoas analfabetas ou com baixo grau de letramento querem aprender a escrever seu próprio nome, pois assim poderiam votar e escrever seu nome em documentos como carteira de trabalho, identidade e título de eleitor. “O ato de marcar o documento com a digital, os coloca em uma condição inferior na sociedade, imprimindo-lhes o estigma de analfabetos, uma *condição de sujeito menor na sociedade*.”

Valorizar o aluno que em determinado momento da sua vida evadiu a escola, ou até mesmo nunca esteve presente neste ambiente, é indispensável, “já que representa a chance que, mais uma vez, este sujeito esta dando ao sistema educacional de considerar sua existência social”. (OLIVEIRA, 2004, p. 50). Desse modo através deste processo de integrar o sujeito em um contexto educacional, valoriza-lo, tira-lo da condição de analfabeto, torná-lo

um cidadão mais ativo e pensante, já se inicia uma trajetória inclusiva e de garantia de direitos. É essencial entender que existem jovens a adultos reais, os quais o sistema educacional já deu as costas uma vez, por isso, é papel do educador percebê-lo, ouvi-lo e dar visibilidade a suas demandas (PAIVA, 2004 p. 45).

A escola precisa olhar para as diferenças, promover um ambiente acolhedor e mais humanizado, romper com o preconceito e com os estigmas sociais. A educação libertadora de Paulo Freire valoriza o sujeito e seu saber, o compreende em todos seus aspectos, mas ainda é um caminho a ser percorrido e alcançado, práticas e ações pedagógicas precisam ser pensadas, repensadas, mas práticas de envolvimento humano também. Querer estar, querer ser educador, querer transformar um espaço, ensinar e também aprender, acolher o aluno e acreditar em sua capacidade são ações indispensáveis para que a relação entre educador e educando aconteça.

“As camadas iletradas da população tendem a ser mais homogêneas pelas próprias condições de pobreza em que vivem”. (PINTO, 2000, p.83). Nesta perspectiva o sujeito analfabeto tende a ser visto como *marginalizado*, cidadão sem *utilidade*, e que não tem seu lugar garantido no mercado de trabalho formal, por não possuir tais *competências*. Estas condições o estereotipam o e os colocam em uma situação de exclusão social, quando o cidadão participa de práticas cotidianas, produzindo sua identidade a partir da sua bagagem cultural, “participa das redes culturais e sociais que também envolvem o código da escrita e que definem, em sociedades grafocêntricas, o ser cidadão e o exercer da cidadania passam a ser praticados” (OLIVEIRA, 2004, p.10).

Partindo dessa compreensão, o uso da escrita é considerado uma garantia de que o sujeito vai usufruir o exercer de sua cidadania, pois conforme mencionado anteriormente, vivemos em uma sociedade grafocêntrica, ou seja, onde a escrita esta no centro, e desempenha um papel social. A construção da autonomia dentro do espaço escolar para o educando jovem e adulto é um processo que precisa considerar toda a trajetória de vida que o sujeito já traz consigo. Trata-se de um determinado grupo de pessoas que foram silenciados por um bom tempo de suas vidas e que na maioria das vezes já internalizaram que são incapazes de aprender, que já estão velhos, e que talvez aprender a ler e escrever pode não mudar nada em suas vidas. O processo de reconstrução da autonomia e de autoestima são os mais urgentes para o trabalho de alfabetização, não por incluí-los no mundo da leitura e escrita, mas dar a chance de reacender a crença de suas habilidades e potencialidades é dar oportunidade de trazê-los de volta á uma condição de inclusão social. (BARCELOS, 2006 p. 29).

De acordo com Pinto (2000, p.84) a educação de jovens e adultos tem a função de atuar sobre as massas, para que estas tenham a oportunidade de elevar seu nível de cultura e de influência social. Neste sentido as massas socialmente excluídas por seu grau de escolaridade, analfabetismo, e por direitos de igualdade negados comum a todos, tem a porta de entrada para vivenciar um novo aprendizado, este em um nível de escolarização.

É necessário a compreensão dos termos “alfabetismo” e “analfabetismo”, por produzirem sentidos sociais diferentes. Alfabetismo como propõe Soares (1998), aborda que qualquer pessoa que se utiliza do ato de ler escrever tem as condições de transformar o seu cotidiano por adotar esse comportamento em seu viver diário. O “analfabetismo” é a “consequência da ausência de um processo de alfabetização” (FRAGO, 1993, p. 18). Deste modo é possível refletir que o sujeito alfabetizado tem a oportunidade de ampliar sua compreensão e visão de mundo, pois este é o exercer da cidadania, é o desfrutar de um direito básico de educação garantido constitucionalmente. É um caminho para a inclusão na esfera social, é garantia de direitos, é cidadania, é o olhar para si e reconstruir sua própria identidade pessoal.

3 O papel do educador de jovens e adultos no processo de alfabetização

A educação de jovens e adultos vem se expandindo em todo o país, e merece uma atenção maior dos órgãos governamentais. Mas mesmo com toda esta expansão ainda é possível identificar a precariedade que envolve esta modalidade de ensino. Professor sem formação específica, com formação inicial em alguma licenciatura, ou até mesmo sem formação superior. Estas questões demonstram a fragilidade que cerca a EJA, e obrigam os docentes a desenvolver seu trabalho sem uma base de conhecimento mais voltada para o ensino na EJA.

Existe uma preocupação com a formação dos docentes que atuam nesta área, já que na grande maioria estes são deslocados do ensino regular, e são “jogados” na EJA, com precárias condições de profissionalização, são mal remunerados, desvalorizados (PORCARO, 2008, p. 35). Estas questões refletem na atuação do docente dentro da sala de aula, e desqualificam seu trabalho pedagógico. Gerando a inclusão dentro de um contexto de exclusão, ou seja, o sujeito faz parte de um contexto, mas não é visto como alguém que está lá para aprender, para buscar seu lugar na sociedade, para exercer seus direitos plenos de

cidadão. Muitas vezes está apenas “frequentando” o espaço, e essa desvalorização em algumas situações leva o sujeito a novamente abandonar o ambiente escolar, e outra vez a educação lhe da às costas e viola seus direitos.

O papel do educador é trazer o aluno para sua aula, o tornar participante, é ouvi-lo, é construir um novo saber que tenha significado para o educando. Quando Freire diz em seu livro *Pedagogia do Oprimido* que ensinar exige respeito aos saberes do educando, ele quer nos mostrar que todo o educando possui seu próprio saber e que este precisa ser valorizado, “por que não aproveitar as experiências que tem os alunos de viver em áreas descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos, e dos córregos” (FREIRE, 1987, p. 33). O educador precisa discutir a realidade concreta, unindo o saber curricular com o saber de experiência social.

Quando pensamos na alfabetização dos sujeitos jovens e adultos, lembramo-nos das palavras geradoras de Paulo Freire, que utiliza palavras cotidianas que fazem parte do contexto dos sujeitos, esta é uma aprendizagem concreta e de significado real. O papel do educador é de proporcionar espaços de troca de conhecimento, debate, construção e reconstrução de ideias, desempenhando uma ação de mediador do conhecimento. Para Freire o professor tem o dever de respeitar os saberes que os educandos possuem sobretudo os das classes populares, por serem saberes socialmente construídos em uma convivência comunitária. (FREIRE, 1999, p. 33).

Através de uma pesquisa realizada para de uma tese de doutorado pela Universidade de Minas Gerais com o título Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens adultos pela doutoranda Rosa Cristina Porcaro, é possível compreender, mesmo que não de maneira profunda, qual o perfil do professor que atua na EJA atualmente. Esta tese tinha por objetivo apresentar a construção da identidade de um educador na EJA, abordando os desafios docentes mediante o cenário educacional atualmente. Para tanto esta abordagem desdobrou-se em uma pesquisa quantitativa, onde foi aplicado um questionário com 27 educadores que representavam seus respectivos estados, e oito destes foram ouvidos pessoalmente com o foco na construção de uma identidade para o docente na EJA. Grande parte dos docentes da EJA, conforme revela a pesquisa tem de 2 a 22 anos de experiência, e possuem formações muito diversas. Muitos entraram na EJA através do programa de alfabetização do governo federal, enquanto outros iniciaram com turmas de ensino regular. Muitos revelam que se direcionaram para área da educação por comprometer-se com questões sociais e políticas, com a intenção

de mudar a realidade dos sujeitos. Em alguns relatos reforçam que entraram na EJA, por antes terem participado de projetos de extensão em universidades, que fizeram esta aproximação com esta modalidade de ensino, e mostraram a realidade de sujeitos excluídos do ambiente escolar. (PORCARO, 2008, p. 36).

O papel do educador na EJA é um grande desafio ainda, praticas pedagógicas ainda são questionáveis, qualificação dos docentes, estrutura dos espaços, etc. Quando se fala em alfabetizar jovens e adultos, muitas questões surgem, estas que já foram discutidas anteriormente. Existe uma grande diferença entre educação infantil e educação de adultos, e o docente precisa indispensavelmente compreender isso. Para Soares (1989, p.15)

A alfabetização de adultos envolve questões peculiares que a distinguem da alfabetização da criança, tais como: estudos estatísticos do analfabetismo no País, determinantes sociais, culturais, econômicos do analfabetismo, problemas cognitivos dos adultos, na aprendizagem da língua escrita, e suas consequências para a definição de métodos e procedimentos de alfabetização; relações entre aquisição da língua escrita e inserção no mundo do trabalho, ideologias, e políticas de campanha de alfabetização.

O analfabeto jovem e adulto de hoje carrega consigo uma passagem de fracasso pela escola formal, ou seja, o analfabetismo também é um produto da própria escola. Cabe aqui ressaltar que o jovem e adulto analfabeto tem interação social desde seu nascimento com uma cultura letrada, possui habilidades e competências que não devem ser descartadas por não saberem a técnica de ler e escrever em si. O conhecimento de mundo do docente é o ponto de partida para sua alfabetização.

Alfabetizar jovens adultos exige do educador uma postura sensível e compreensiva sobre o educando. Estes sujeitos carregam consigo suas trajetórias de vida, suas particularidades, traços de exclusão social, de direitos por vezes violados, vivências e diferentes formas de compreender o mundo. O contexto social no qual estão inseridos deve ser considerado pelo educador, tendo influência na relação entre ensino e aprendizagem que se estabelece. O educador precisa partir da realidade na qual os educandos estão inseridos, e direcionar seu processo de trabalho com intencionalidade pedagógica capaz de atender esta demanda.

Segundo Pinto (2000, p.83) é indispensável que o educador considere o educando adulto como um ser pensante que porta e produz ideias, tem capacidade intelectual e desempenha um papel social atuante na sociedade, não apenas por ser trabalhador, mas por ter

o direito exercer sua cidadania e fazer parte de um contexto social. O pensamento é algo inato ao ser humano, pois todos pensam “sobre coisas passadas, futuras, resolvem problemas, criam e fantasiam sonhos, sendo capazes de pensar sobre si mesmo, se tornando objeto da própria investigação”. (BOCK, 2002, p.179). Nesse sentido não há como tecer relações de ensino aprendizagem com o educando sem uma profunda observação, pois a particularidade de cada um diz muito sobre si, e nesse processo de interação o educando é o centro, o protagonista, e deve poder construir seu próprio saber.

A responsabilidade social que o professor estabelece com o aluno na educação voltada para jovens e adultos é muito grande analisando todo este estudo bibliográfico. É de trazer visibilidade para este sujeito, é fazer com que este desempenhe seu papel como um cidadão atuante, é de mostrar suas particularidades, capacidades e habilidades dentro das suas possibilidades. É mudar e transformar sua condição, é mostrar e apontar um caminho inclusivo através da educação e da troca de saber, lhe mostrando um novo olhar e visão de mundo.

Considerações Finais

Vivemos em uma sociedade que a cada passo transformam-se e todas estas mudanças implicam conseqüentemente em um maior uso das ferramentas de leitura e escrita, o que exige do sujeito sempre uma atualização para quem a vivência. Hoje os diferentes avanços tecnológicos apontam novas formas de utilizar à escrita, novos portadores de texto, diferentes gêneros textuais, e por consequência um maior uso da escrita nas interações sociais. Desse modo para que os sujeitos possam ter acesso a estes bens produzidos historicamente, são necessários novos conhecimentos e novas informações. Se algum tempo atrás saber ler e escrever era privilégio de poucos, hoje é uma condição para o sujeito transitar em uma sociedade onde o uso da leitura e escrita são mediadores de uma enorme gama de bens e serviços produzidos socialmente (SANTOS, OLIVEIRA (Orgs) In ALMEIDA, 2005, p. 39) . Neste sentido é importante considerar que os direitos dos sujeitos vão além da posse do saber ler e escrever, pois em uma sociedade excludente muitos direitos são violados e coloca o cidadão a margem da sociedade, e longe dos bens produzidos socialmente. Os aspectos de exclusão social que um sujeito analfabeto carrega são muito evidentes, o afastamento do mercado de trabalho formal por suas habilidades e competências não preencherem o pré requisito de uma seleção de emprego formal, a dificuldade de inserção nas diferentes formas

de interação social produzidas pelo uso da leitura e escrita que foram citadas ao longo do texto. Estes aspectos geram outros fatores somáticos, como baixa autoestima, sensação de incapacidade, rótulos e estigmas sociais. Aprender a ler o mundo, a palavra, é um direito humano, a educação é para todos, embora a desigualdade social segregue, e seja produto de um sistema que discrimina e dá privilégio apenas a uma camada da população, os donos do capital.

Historicamente pode-se compreender que a educação de jovens e adultos sempre acolheu uma parte da população socialmente e economicamente mais vulnerável. Sujeitos oriundos da própria exclusão social, e os sujeitos analfabetos vivenciam esta exclusão cotidianamente. É papel da escola, do educador e do ensino na EJA, trazer a estes sujeitos sua cidadania, dignidade e participação social de volta. É romper com o estigma de analfabeto, é integra-lo novamente na sociedade. Alfabetizar-se é a possibilidade do sujeito interagir com um sistema de códigos comunicativos, é adquirir um novo conhecimento, que coloca os sujeitos em contato com um saber, com a vida, com a realidade social, o que produz novos conhecimentos e cultura. (SANTOS, 2005 p. 12).

Educar é abrir espaço para oportunidades iguais, democráticas, é promover a inclusão, respeitando as individualidades e as diferenças do educando. Os jovens e adultos analfabetos ou com pouco grau de escolaridade ainda são vistos socialmente como ignorantes, incapazes, sem utilidade intelectual, sendo considerados apenas como força braçal. E neste sentido, percebe-se o quanto desafiador é o papel da escola, do educador, e do ensino na EJA, pois acolhe um sujeito socialmente desacreditado em si mesmo e com uma grande marca de exclusão social. Existem muitos passos ainda a serem dados e alcançados pelo ensino na EJA, mas a educação e suas práticas sempre serão um desafio. Como diz Freire, é importante fazer e refazer, e é assim que se constrói uma prática pedagógica capaz de dar conta das diferentes demandas que a sociedade produz.

A par destas considerações realizadas até aqui se pode observar através deste estudo bibliográfico breve que a alfabetização de jovens e adultos é um instrumento de inclusão social e um caminho para igualdade social. Pois dar visibilidade ao sujeito analfabeto, inseri-lo em um contexto escolar, implica em reafirmar seu papel enquanto cidadão, é devolver seu direito uma vez negado, é dar a oportunidade de leitura da sua realidade, deixando que a enxergue e a perceba com seus próprios olhos. É garantir uma maior participação social, é

devolver sua autoestima para que possam interagir intensamente nas diferentes formas de comunicação social, é dar a chance ao sujeito de reconstruir sua identidade pessoal.

Referências

ALMEIDA, Maria Lúcia S. Sujeitos não alfabetizados: sujeitos de direito, necessidade e desejos. In: SANTOS, Geovania L. OLIVEIRA Heli de Sabino (orgs). *Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzales. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia; Gomes, Nilma Lino. *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

BARCELOS, Valdo. *Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

BIESIEGEL, C. de R. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n. 4, (jul/dez), 1994.

BOCK, Ana. Mercedes. B. (Orgs.). *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 14ª Ed. São Paulo: Saraiva 2002.

DI PIERRO, M. C. *Políticas municipais de educação de jovens e adultos no Brasil: um estudo de caso de Porto Alegre (RS)*. 1996. (Dissertação de mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

FÁVERO, Altair Alberto. et. al. *Apresentação de Trabalhos Científicos Normas e orientações práticas*. 5ª ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.

FORTES, Maria. C. *Adultos, escolarização e trajetórias de vida: compreendendo sentidos*. Passo Fundo: IFIBI, 2013.

FRAGO, A.V. Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos. In:

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa*. 48ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GEHRKE, Marcos et. al. *Formação de educadoras: o planejamento na alfabetização de jovens e adultos*. Curitiba: Gráfica Popular, 2003.

INFANTE, U. Texto: *Leitura e escritas*. São Paulo: Scipione, 2000.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita atividade de retextualização*. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARQUES, Mário Osório. *Escrever é preciso: O princípio da pesquisa*. 5º ed. rev. Ijuí: Ed Unijuí, 2006.
- MOBRAL: Sua origem e evolução. Rio de Janeiro, 1973. Revista do governo federal.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de, Paiva, Jane. Educação de jovens e adultos: *cenários de jovens e adultos, desafios teóricos, indicativos políticos*. Rio de Janeiro: DPEA, 2004.
- PAIVA, Jane, BARBOSA, Inês de Oliveira. Educação de Jovens e adultos. Rio de Janeiro: DPEA, 2004. Apud: PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: *questões atuais em cenário de mudanças*. Rio de Janeiro: DPEA, 2004.
- PAIVA, Jane, BARBOSA, Inês de Oliveira. Educação de Jovens e adultos. Rio de Janeiro: DPEA, 2004. Apud: FAVÉRO, Osmar. *Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil*. Rio de Janeiro: DPEA, 2004.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete Lições sobre educação de adultos*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- PORCARO, Rosa C. Caminhos e desafios da formação de educadores jovens e adultos. Tese de doutorado UFMG, 2008 .
- SANTOS, Geovania L. OLIVEIRA Heli de Sabino (orgs) *Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autentica, 2005. In: SANTOS, Geovania L. *Quando os adultos voltam para a escola: o delicado equilíbrio para obter êxito na tentativa de elevação da escolaridade*. Belo Horizonte: Autentica 2005.
- SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2007. Apud. BRAGNOLO, Adriana. (Orgs.). *A leitura da palavra no galpão COAMA*. Passo Fundo, 2017.